

E o dito Cristóvão Raus que presente estava viu todas as peças acima e atrás declaradas e debaixo de juramento dos Santos Evangelhos que o dito Senhor lhe deu e disse que tudo quanto possuía [sic] ao tempo que o prenderam estava nas mãos do dito depositário e nada lhe faltava. E assim mais os ditos ourives Vicente Correia e Manuel Lopes declararam debaixo do dito juramento que o dito Senhor lhes deu que bem e verdadeiramente declararam o valor das peças de ouro e prata e peças [sic] atrás declaradas e de como assim o declararam e presente o Vigário Geral o Licenciado Luís Álvares Pinto e meirinho fiz este termo que aqui assinaram com o dito Senhor e depositaram e eu Pero Gonçalves Barbosa escrevão que o escrevi.

“E assim mais foi vista a ferramenta de seu ofício que estava metida em uma caixa pelos ditos oficiais de ourives e por eles foi dito que tudo podia valer a dita ferramenta de ourives e lapidário até vinte mil réis, que de tudo o dito depositário se deu por entregue e se obrigou a entregá-la na forma acima declarada e assinaram todos com o dito Senhor sobre-dito. Pero Gonçalves Barbosa escrevão que o escrevi. O Administrador

Luís Álvares Pinto
Vicente Correa
Gaspar d'Azevedo

Cristóvão Rausch
Manuel Lopes de Sousa
Manuel Dias Fajardo”.

[As assinaturas são autógrafas]

Fonte: Torre do Tombo, cartório da Inquisição de Lisboa, processo 5.586, folhas 13/15 v.

Fenômeno Urbano e Trópico

MÁRIO LACERDA DE MELO

A limitação das páginas a serem escritas sobre o tema Fenômeno Urbano e Trópico impõe um esforço de concisão, e, ao mesmo tempo, um esforço de seleção. Seleção dos aspectos a serem tratados. A abordagem de matéria tão vasta e tão ramificada, claro que não pode ter a abrangência que o autor gostaria de lhe emprestar. Além disso, tem de cingir-se a um grau de generalidade onde se faz inevitável o risco de sacrificarem-se clareza e compreensão.

Daí a necessidade de adoção de roteiro prévio que, além de ordenador geral da sequência de observações, seja também um delimitador dos propósitos que temos em mira. Pretendemos nos referir, em linhas gerais:

- ao fenômeno urbano como característico das sociedades contemporâneas;
- às diferenciações espaciais do fato urbano, especialmente no mundo tropical;
- ao processo de urbanização da sociedade brasileira;
- e à organização do espaço brasileiro sob o influxo da urbanização da economia nacional.

I

O fenômeno urbano como característico das sociedades contemporâneas

Dizer que o caráter urbano constitui um dos traços mais marcantes das sociedades contemporâneas certamente não é dizer novidade. Nem é dizer bastante. O feixe de fatores de que decorre o fenômeno da urbanização ou da urbanificação das populações e das sociedades do nosso tempo assim como o le-

que de efeitos gerados por esses fatores, são de tal natureza e magnitude que ficamos a refletir se o ser urbano, ou seja, a urbanicidade, não é o mais geral e o mais relevante característico do mundo de hoje em dia. "Le progrès de l'urbanisation — escreve Labasse — est, sous toutes les latitudes, le trait le plus saillant de notre époque". (1)

Dados de 1960, que, para o assunto, já carecem de atualidade, indicam para a Europa, sem a União Soviética, uma população urbana correspondente a 58% do total e, para a União Soviética, uma proporção de 50%. No Japão, o nível de urbanização era, naquele ano, de 63%. É, porém, nos dois conjuntos Estados Unidos — Canadá e Austrália — Nova Zelândia que se encontravam as proporções maiores: 70% e 80%, respectivamente (2). Mostram esses dados que, em geral, a população dos países altamente industrializados, já há onze anos, era muito predominantemente urbana. Mas, embora a existência de grandes contingentes populacionais urbanizados tenha a sua maior expressão naqueles países, o fenômeno se difunde por outras terras. Lembre-se, a respeito, o caso da América Latina onde o índice de urbanização era de 69% para o conjunto de países do Sul (Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai; de 48% no conjunto do Leste (Brasil, Venezuela e as três Guianas); de 45% na América Central (inclusive México) e de 43% no conjunto do Oeste (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru) (3). As elevadas taxas de incremento das populações urbanas, responsáveis pela sua alta e crescente participação relativa, constituem uma ocorrência que, existindo também na África e no Oriente, se tornou universal.

1 — Labasse, Jean — "L'organisation de l'Espace — Elements de Geographie Volontaire" — Hermann, Paris, 1966.

2 — Cf. Grauman, John e Paw, China — Lin — "Rasgos Distintivos de la Urbanization en America Latina" — Estudo apresentado à Conferência Regional Latino Americana de População — Cidade do México, 1970.

3 — Cf. Vaidianathan, K. E. — "El Proceso de Urbanizacion en America Latina y Asia: Algunas Comparaciones" — Estudo apresentado à Conferência Regional Latino Americana de População — Cidade do México, 1970.

Tudo se passa como se, sobre a parcela da humanidade dispersa nos campos ou em aglomerados rurais, estivessem atuando forças poderosas que as aglutinam nas cidades. Para usar palavras de Max Sorre, "le mouvement a été irresistible, il a déferlé sur le monde à la manière d'un raz de marée" (4).

As consequências são múltiplas. Formaram-se regiões de verdadeiros enxames urbanos como a do Nordeste dos Estados Unidos, a da metade sul da Grã-Bretanha, a da Europa Centro-Occidental, a do Nordeste da Índia, a do Centro Leste da China, a do Sul do Japão. Formaram-se, nessas áreas e fora delas, numerosas cidades do tipo que os norte-americanos chamam de milionárias, ou seja, cidades de mais de um milhão de habitantes. Formaram-se espaços urbanizados gigantescos até quinze vezes milionários, designados como megalópolis e já chamados também de verdadeiros leviatãs urbanos. Lembremo-nos, a respeito, de quantos países inteiros têm populações inferiores à Grande New-York, à Grande Londres, à Grande Paris ou à Grande Tokio. E, para não sair do Brasil, recordemos que, na Grande São Paulo (8.500.000 habitantes) habita mais gente do que em qualquer dos Estados brasileiros, menos o próprio São Paulo e Minas Gerais. O número de pessoas da metrópole paulista equivale à população do conjunto territorial constituído pelas vastíssimas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Ainda como expressão do movimento geral de urbanização, devemos lembrar que, ao lado dos centros multimilionários ou dos simplesmente milionários, cresce velozmente o número dos que, possuindo mais de 100.000 habitantes, são considerados grandes cidades. Nos cartogramas das redes urbanas, cada vez são mais abundantes essas unidades. E o seu crescimento é acompanhado pelas de dimensões menores.

É bom ter-se em mente que o fenômeno do supercrescimento urbano vem ocorrendo nas regiões e países mais diversos quanto a ambiências naturais, a estruturas econômicas, a estruturas demográficas e a instituições sócio-políticas. Um processo

4 — Sorre, Max. — "L'Homme sur la Terre" — Hachette, Paris, 1961.

tão generalizado jamais poderia ser explicado em função de um fator único. No mundo desenvolvido, a industrialização, por si e pelos seus efeitos indiretos, acompanhada pela modernização dos processos de produção rural, desencadeou um jogo de forças e influências de que a expansão acelerada do fato urbano constitui uma resultante. Nas regiões tropicais, que se situam por inteiro na mapa do subdesenvolvimento, a explosão demográfica tem papel relevante na explicação dos deslocamentos populacionais geradores do crescimento urbano acelerado. Papel não menos relevante tem o conjunto das debilidades, das vulnerabilidades e dos defeitos das organizações agrárias dos países tropicais e das economias rurais a elas correspondentes.

Como se vê, para explicar o fenômeno mundial dos deslocamentos de populações, responsáveis pelo processo de superurbanização, atuam fatores inteiramente diversos conforme se trate de região desenvolvida ou de área economicamente inferiorizada. No primeiro caso, somam-se e complementam-se os motivos: à expansão das forças de crescimento urbano nos setores das indústrias e dos serviços corresponde uma libertação de mão-de-obra rural, derivada da racionalização da tecnologia agrícola, especialmente da motomecanização.

Nas regiões economicamente inferiorizadas, desencontram-se os fatores. Destituídas de forças internas de crescimento, as cidades não solicitam contingentes humanos externos. Mas, os campos os liberam incessantemente. Não, é claro, por força da racionalização das atividades rurais, mas pela combinação dos efeitos da explosão demográfica com os das distorções estruturais da economia rural. Dessas distorções, resultam condições de existência, relações de trabalho, índices de ocupação e níveis de renda que se situam na base de tensões demográficas. Esse estado de coisas gera e alimenta fluxos que fazem crescer celerramente, sem um suporte econômico ou, na expressão freyriana, fazem "inchar", cidades como o Recife e como tantas e tantas outras aglomerações humanas do mundo tropical. A inchação urbana tropical constitui a mais expressiva e a mais importante manifestação da explosão demográfica dos nossos dias.

Acreditamos ter ficado claro que, em resumo, as causas genéricas do movimento de urbanização residem, conforme o tipo de área de que se trate, ora na expansão industrial associada à racionalização agrícola, ora na explosão demográfica somada às fragilidades da economia rural. Devemos estar advertidos, porém, para a circunstância de que esses fatores possuem manifestações nacionais e regionais extremamente variadas. Dessas variações e da ocorrência de fatores outros, resultam peculiaridades que caracterizam individualizadamente cada caso específico, tanto nas suas feições quantitativas como nos seus aspectos qualitativos. O estudo dos casos específicos de supercrescimento urbano constitui, assim, um campo imenso de pesquisas. E é fácil atinar como são imprescindíveis essas pesquisas aos diagnósticos destinados a servir de base a diretrizes estratégicas e a programações de desenvolvimento.

Passando-se à consideração dos efeitos desse fenômeno, a constatação geral é a de que tais efeitos identificam-se com mutações amplas e profundas. Mutações que são exatamente aquelas que emprestam às sociedades modernas os seus caracteres de urbanicidade. Elas afetam setores variados e de importância fundamental com o das infra-estruturas e o das estruturas econômicas, e o das estruturas, das relações e dos comportamentos sociais. A elas não escapam evidentemente atitudes e concepções quanto a morada, diversões, esportes, trajes, alimentação e culinária, educação, e outros aspectos e valores. Desaparecem progressivamente das comunidades urbanas os toques rurais que tanto contribuem para marcar tipos regionais de sociedade. E já começam a aparecer, no campo, hábitos citadinos como a indicarem uma certa urbanificação do mundo rural.

Estamos sendo levados a tocar em assunto do domínio privativo dos nossos colegas sociólogos e psicólogos sociais. Da sua seara, seriam também estudos sobre os condicionamentos da moderna ambiência urbana quanto à velocidade com que, nos nossos dias, se operam mudanças profundas em sistemas de valores sócio-culturais longamente cristalizados. Valeria a pena perquirir até que ponto a aludida velocidade de mutação estaria respondendo por um fenômeno como o chamado "conflito de

gerações” ou como o pitorescamente expresso na dualidade “quadrados” e “prá-frente”.

Outro aspecto. Como é no espaço urbano que o homem menos se sente influenciado pelo meio natural e mais se manifesta a marca da sua vontade organizadora, possui a cidade, mais do que o campo, uma tendência padronizadora de estilos de vida e de trabalho, com projeção nas paisagens urbanas. A universalização das conquistas tecnológicas tem acentuado essa tendência. Seria desnecessário listar a faixa daquilo que possuem de comum os grandes aglomerados, em setores diversos. O movimento de urbanização acelerada em âmbito mundial está acarretando, entre outros efeitos, a ampliação dessa faixa. Isso significa uma acentuação da tendência à perda de individualidade de unidades urbanas e de conjuntos nacionais ou regionais de cidades.

Mais uma consequência do moderno expansionismo urbano é o relacionado com o papel que têm as redes urbanas como conjuntos de aglomerados que, hierarquizando-se e hierarquizando áreas através dos fluxos de bens e serviços, realizam a organização do espaço geográfico. O fortalecimento desse papel, nas regiões desenvolvidas, vem conferindo maior coesão entre os lugares constitutivos de áreas sob o mesmo comando urbano. Nos trópicos, dito fortalecimento vem emprestando maior grau de organização ou, diríamos mesmo, de organicidade, às diferentes unidades espaciais. Isso está implicando em modificações profundas das relações interregionais, como veremos mais adiante a propósito do caso brasileiro.

II

Diferenciações espaciais do fenômeno urbano, especialmente no mundo tropical

Constituindo a componente mais densamente humana dos quadros geográficos, o fato urbano teria de ser uma expressão histórica, uma expressão de épocas sucessivas e uma expressão de civilização. Já alguém disse que em toda cidade, existe uma

sucessão de cidades. Mas, da tendência uniformizadora há pouco mencionada, poderá ir resultando uma diminuição progressiva da expressividade do fenômeno urbano como indicador de condições e característicos sócio-culturais regionais. Já referimos a influência uniformizadora da disseminação das conquistas tecnológicas sobre estilos de vida urbanos e sobre paisagens urbanas. Acrescentemos que, embora existam presentemente casos de cidades fantasmas e de urbes estagnadas, as sociedades modernas estão conferindo ao panorama urbano mundial caracteres oriundos também, ou sobretudo, das formas capitalistas de produção e de trocas, indissociáveis das aludidas conquistas tecnológicas.

Nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália, os exemplos são bem de cidades novas em países novos de desenvolvimento capitalista em grau elevado. Entretanto, nos países em que as modernas formas capitalistas de atividades encontraram, nos espaços urbanos, a marca mais profunda de valores artísticos e históricos ou de estilos de vida urbanos anteriormente enraizados, as cidades exibem, ao lado de paisagens urbanas construídas no passado e de costumes tradicionais, formas modernas de produzir, de trocar, de negociar, de comer, de aprender, de morar, de administrar, de transportar, de divertir. Essa face dupla dos centros urbanos é comumente encontrada nos países velhos de economia modernizada como é tipicamente o caso das nações européias e do Japão. Com certas atenuações e uma grande riqueza de peculiaridade, esse é também o caso das grandes cidades do Mundo Islâmico, da Índia e da China. (5)

Na África Negra, o fato urbano era tão escasso antes da chegada dos europeus, que a cidade ali já pôde ser considerada, embora aglomerado de negros, “uma criação de brancos”. Claro que a ausência relativa de aglomerados urbanos correspondia ao estágio sócio-econômico em que viviam as popula-

5 — Cf. Derruau, Max. — “Précis de Géographie Humaine” — Armand Colin, Paris, 1961.

— George, Pierre — “La Ville — Le Fait Urbain à travers le Monde” — Presses Universitaires de France, Paris, 1951.

ções. Caberia aos europeus implantar cidades cujas posições geográficas e cujas funções servissem aos objetivos dos seus empreendimentos de colonização. A economia de "traite" e de sucção, toda voltada para fora, explica que as atividades urbanas girassem em torno sobretudo da função portuária exportadora, da função de centro de convergência de produtos primários, da função de centros de mineração e da função administrativa.

Atualmente, as taxas de crescimento urbano da África Negra são das mais elevadas do mundo. Os aspectos urbanos, refletindo esse fato, indicam transformações bruscas das sociedades africanas e revelam desequilíbrios sócio-econômicos violentos. A segregação racial é um característico comum. Os espaços comerciais e administrativos são geralmente dominados por europeus. Moram estes em áreas residenciais próprias. São pequenas essas áreas por ser pouco numerosa a população branca, exceto na África do Sul, já fora da faixa propriamente tropical. Os maiores espaços urbanos são os ocupados por bairros negros constituídos por extensas áreas de choças. Seus habitantes são, em grande número, gente egressa da vida rural, inclusive de comunidades com estrutura tribal. (6)

Referência a ser feita, ainda no caso da África Negra, é a de que, não constituindo uma rede hierarquizada, as cidades só de modo indefinido e frouxo cumprem o seu papel de centros organizadores do espaço.

Nas áreas tropicais da América latina, a posição geográfica dos centros urbanos lembra a da África, o que se deve à repartição dos recursos e condições naturais, a problemas de acessibilidade, aos propósitos dos empreendimentos colonizadores e à influência desses fatores sobre a formação das economias nacionais e regionais. Situados em geral dentro das áreas de povoamento mais denso, que são faixas periféricas, os aglomerados mais significativos só excepcionalmente têm posição interiorizada. A posição marítima ou quase marítima do maior número dos grandes centros relaciona-se com estruturas econômi-

6 — Cf. George, Pierre — obra citada.

cas voltadas para mercados externos, o que faz lembrar tanto o exemplo africano como o exemplo australiano.

O caso brasileiro é dos mais significativos de como o fenômeno urbano exprime condições sócio-econômicas regionais e revela estágios diferentes de evolução social e de desenvolvimento econômico. Quem conhece as variações dessas condições e desses estágios facilmente compreenderá os centros urbanos brasileiros e as redes por eles formadas como elementos proeminentes dos contextos regionais onde se situam e, ao mesmo tempo, como expressão desses contextos.

Em uma partição simplificada e sumária, as estruturas do arcabouço urbano do Brasil se definem, de um lado, em vastíssimos espaços possuidores de redes urbanas desorganizadas e, de outro lado, em espaços regionais onde a hierarquia, o equipamento funcional, a distribuição geográfica dos centros bem como as suas funções de focos de irradiação e atração de bens e serviços, permitem falar, embora nem sempre com rigor, em redes urbanas organizadas. Para a última dessas categorias, o melhor exemplo é o da rede regional comandada pela cidade de São Paulo. Outras redes urbanas regionais, tidas como organizadas em estudo recente do IBG, são as de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre (7). Vê-se, pois, como os espaços brasileiros detentores de arcabouço organizado coincidem com as regiões desenvolvidas do país, o Sudeste e o Sul.

Em contraposição, as regiões brasileiras de arcabouço urbano desorganizado situam-se na porção territorial de economia subdesenvolvida ou inferiorizada. Distinguem-se dentro dela:

- a) uma parte significativamente povoada, ou seja, o Nordeste (Estados da Bahia ao Maranhão). Aqui, os centros urbanos, não se hierarquizando segundo os fluxos de bens e serviços que recebem e enviam, e não hierarquizando também quanto aos seus equipamentos funcio-

7 — Corrêa, Roberto Lobato — "Centralidade". Subsídios à Regionalização. Instituto Brasileiro de Geografia da Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1968.

nais, mostram-se incapazes de conferir ao conjunto territorial os característicos de uma real organização do espaço. A área em que prevalecem esses aspectos estende-se também pelo norte de Minas Gerais até aproximadamente o paralelo de Governador Valadares;

- b) uma parte muito pouco povoada, ou seja, a Amazônia (Amazônia Legal, compreendendo o oeste maranhense e o norte goiano e mato-grossense). Nesse vastíssimo espaço territorial (cerca de 60% da superfície do país), a ausência ou quase ausência de cidades de grandeza intermediária responde pela existência de arcabouço urbano não integrado e não hierarquizado. Está ele constituído por uma metrópole regional e uma capital regional, e por um elevado número de cidades pequenas que, na maioria das vezes, são simples aglomerados rurais com a função de pequenos centros de convergência da produção extrativa. No caso do Estado do Amazonas, pudemos recentemente perceber de perto o quanto esse fenômeno reflete uma dualidade e uma não integração entre a capital e o resto do Estado. Dualidade ultimamente acentuada com a instituição, em Manaus, da zona de livre comércio, sendo muito o que resta fazer no sentido de, através da Zona Franca, dotar a capital amazonense de função polarizadora do desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

Insistamos em um ponto. Tanto nas regiões em que, revelando-se organizadas, são, por isso, organizadoras de espaços, como nas grandes extensões em que se apresentam desorganizadas, as redes urbanas do país refletem a gama de diferenciações regionais das sociedades brasileiras. Bem o comprovam alguns aspectos ou pormenonizações dos citados exemplos da Amazônia e do Nordeste. No caso do Estado do Amazonas, a rede de cidades e a vida urbana representadas, além de Manaus, por 43 aglomerados pequenos, desarticulados entre si e mal articulados com a capital, dispersos em imenso território e dispostos posicionalmente sobre o traçado da rede hidrográfica, estão em correspondência: a) com a baixa significação do povoamento do Estado (um milhão de habitantes em uma extensão territorial

superior à do Nordeste inteiro, da Bahia ao Maranhão); b) com a falta de integração entre os núdulos desse povoamento, uns em relação aos outros e todos com a capital; c) com uma ocupação humana do espaço de feição linear — ribeirinha, única existente em todo o Estado, devido sobretudo à rigidez dos condicionamentos do quadro natural; d) e, em consequência, com um tipo eminentemente fluvial de economia e de sociedade, em estágio pré-capitalista.

No Nordeste, um caso expressivo do reflexo das realidades e problemas regionais sobre a vida urbana é oferecido pelo cotejo entre a região canavieira e a região do Agreste. Na região canavieira, a organização agrária do tipo "plantation" não deixa vez a um desenvolvimento urbano local verdadeiramente significativo. Por isso, não existem praticamente cidades com a função de centros regionais. Também por isso, e por outras razões, a função organizadora do espaço é exercida muito mais pela rede de usinas com as suas zonas de influência efetiva (por serem fornecedoras da matéria prima) do que pelas sedes e pelas fronteiras dos municípios. Na região agrestina, entretanto, onde, com a policultura, é muito menor a concentração de terras e de atividades, surgem os maiores e os mais numerosos centros regionais do Nordeste.

Nessa ordem de idéias, é de lembrar que, já uma vez, demonstrámos ser possível identificar, em Pernambuco, diferentes gerações e famílias, ou categorias, de centros urbanos, assinalados pelos fatos de posição, mas caracterizados, em cada caso, pelas peculiaridades com que participam, funcionam e se integram nos respectivos contextos subregionais. Isso, em 1959. (8).

III

O processo de urbanização da sociedade brasileira

Os característicos de uma sociedade do tipo agrário como a que se formou no Brasil, estão a indicar, por si, a limitada

8 — Melo, Mário Lacerda de — "Tipos de Localização de Cidades em Pernambuco". Boletim Carioca de Geografia, Ano XI, n.º 3 e 4, Rio de Janeiro, 1959.

influência da vida citadina. Convém lembrar, a respeito, que a unidade ou célula da organização agrária simbolizada, no Nordeste canavieiro, pelo binômio "Casa-Grande & Senzala", — o antigo engenho de açúcar — constituía pequena comunidade organizada onde se exercia a prestação de certos serviços, a que alude Freyre (9), análogos aos que comumente constituem função de pequenos aglomerados urbanos. Esse fato lhe emprestava certa autonomia ou a tornava menos dependente da cidade.

Em sociedade desse tipo, compreende-se que teria de tardar a expansão urbana. Compreende-se que a cidade tivesse tido um papel secundário, servindo ao campo mais do que sendo servida por ele. Compreende-se que tivesse frequentemente seus ares rurais, com o campo nela imiscuído, ou representado pelos sítios e pelas chácaras. Compreende-se que pouco funcionasse como fonte do poder — do poder senhorial, de tão grande capacidade e de permanência entre os donos de terras.

Foi preciso chegar o século XX, foi preciso chegar a guerra de 1914, foi preciso sobretudo que chegassem a Segunda Guerra Mundial e os meados deste século, para que o desenvolvimento urbano tivesse a sua vez e viesse a operar uma mudança rápida e profunda, de estrutura, da economia e da sociedade brasileiras. O movimento urbanizador, antes tão lento, tornou-se afinal impetuoso nos últimos vinte anos. Vejamos alguns dados a respeito:

— o total da população considerada urbana passou de 31% em 1940 para 45% em 1960;

— do aumento populacional verificado na década de 1950-1960, as cidades respondem pela parcela de 69%, tendo sido, pois, apenas de 31% o incremento dos contingentes rurais;

— os aumentos de população rural, verificados no decênio, em proporção superior à taxa de crescimento vegetativo do

9 — Freyre, Gilberto — "Casa-Grande & Senzala". Maia & Schmidt Ltda. Rio de Janeiro, 1933.

Estado respectivo, limitaram-se praticamente a áreas novas, de povoamento escasso;

— as populações rurais ou aumentaram em ritmo significativamente inferior ao estadual respectivo ou tiveram decréscimo.

— em 1950, eram 14 as grandes cidades brasileiras, assim consideradas as de mais 100.000 habitantes. Em 1960, o número passa para 31. (10)

A partir de 1960, os fatores responsáveis por esse ímpeto de urbanização não tiveram atenuadas as suas forças. Tudo leva a crer, por isso, que os dados do Censo de 1970 registrem a continuação da expansão urbana de tipo explosivo de que dão notícia os dados acima.

Para esse fenômeno brasileiro, contribuem os fatores que explicam a superurbanização tanto dos países desenvolvidos como das áreas de economia inferiorizada. Como se sabe, são sempre as migrações centrípetas os movimentos responsáveis pelo expansionismo urbano acelerado. Nas regiões do Sudeste e do Sul do país, o processo de industrialização substitutiva de importações — processo de múltiplos efeitos diretos e indiretos sobre os demais ramos das atividades econômicas — foi o grande gerador básico das forças de crescimento urbano e de atração de populações.

No Nordeste, a outra macro-região brasileira significativamente povoada, os deslocamentos populacionais permanentes de maior importância são os oriundos da falta de condições dos quadros rurais relacionada com fatores ecológicos, com o primitivismo dos sistemas agrícolas, com a estrutura fundiária, com as relações de trabalho e com as formas de comercialização. Sob a pressão desses fatores, dirige-se o rurícola para a cidade próxima ou para a de maior importância no âmbito subregional.

10 — Cf. Egler, Eugênia Gonçalves e Magnanini, Ruth Lopes da Cruz — "População Urbana e Rural". Atlas Nacional do Brasil. Conselho Nacional de Geografia, do IBGE. Rio de Janeiro, 1966.

Desse modo, os centros regionais exercem, além das funções que lhes são peculiares, a de receberem famílias egressas do campo ou de aglomerados menores, sendo esse um dos fatores do seu crescimento demográfico.

Não possuindo condições de expansão econômica, esses centros ficam sendo detentores de amplas parcelas de populações marginalizadas como bem o indicam suas áreas de mombos, — uma constante nas paisagens das cidades nordestinas. Essas parcelas marginalizadas estão sempre a fornecer migrantes que, desta vez, ou se dirigem para cidades maiores da região ou para outras regiões do país. No primeiro caso, repete-se, em escala maior, o fenômeno da marginalização e da favelização, como resultante de fluxos convergentes de migrantes.

Como se vê, os tipos de unidades espaciais afetadas pelas migrações rural-urbanas são exatamente aqueles em que, de modo mais intenso, se manifesta a problemática geral do Nordeste: as áreas de tensões demográficas, as cidades centros regionais e as grandes cidades. (11)

O que acaba de ser exposto parece não deixar dúvida quanto a uma tendência e quanto a um fato: a tendência de se tornar mais e mais urbana a sociedade brasileira como um todo e o fato de já haver esse processo atingido estágio avançado em importantes regiões do país. A cidade brasileira, especialmente a situada acima de determinado nível dimensional, cada vez vive menos das funções que lhe são geradas pelas suas relações com o mundo rural e cada vez vive mais de atividades pouco subordinadas ao campo: indústrias e serviços destinados à própria comunidade urbana ou às populações da sua área de influência.

O processo de urbanização acelerada manifesta-se quantitativamente tanto através de elevadas taxas de crescimento das

11 — Matéria detidamente examinada em dois dos nossos estudos: "Migrações para o Recife", pesquisa realizada para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1961 e "Espaços Geográficos e Política Espacial — o Caso do Nordeste", em 1969.

populações citadinas como pelo aumento do número e do tamanho das grandes cidades. Desse fenômeno de concentração humana nas grandes cidades nasceu o processo de metropolização. Trata-se do crescimento populacional acelerado de um grande centro e das cidades em torno dele e em função dele. Resultam expansão de atividades e modificação das estruturas ocupacionais. Formam-se unidades de outra grandeza e de outro tipo. São as metrópoles. Os interesses e os problemas comuns do conjunto da comunidade lhes conferem um sentido de unidade e de coesão dentro de espaços geográficos definidos, o das áreas metropolitanas.

Embora possua as suas dimensões econômicas e as suas dimensões sociais, a metropolização exprime-se principalmente como fenômeno demográfico. Alimentado por fatores e por mecanismos da mesma natureza dos que nutrem a urbanização acelerada, o processo de metropolização constitui, na sua essência, uma manifestação culminante dessa urbanização. No caso nordestino, representado por Fortaleza, Recife e Salvador, as suas raízes devem ser investigadas antes do mais, nos males que afligem a economia rural, como já ficou entendido.

No caso das regiões Sudeste e Sul do país, o processo de metropolização traduz-se como acumulação, especialmente seletiva, de efeitos da urbanização acelerada, por força sobretudo do crescimento industrial. Este conferiu intenso dinamismo a certos centros tanto através dos estabelecimentos produtores e da sua capacidade de atrair força-de-trabalho como, ou principalmente, através dos seus efeitos indiretos nos setores infraestruturais e de serviços, cuja amplitude se foi multiplicando. O processo cumulativo assim desencadeado explica as superconcentrações humanas designadas como Grande São Paulo, Grande Rio, Grande Belo Horizonte, Grande Porto Alegre, Grande Curitiba, que são as metrópoles do Sudeste e do Sul.

Ficou estabelecida uma distinção entre as metrópoles brasileiras: as das áreas desenvolvidas e as das regiões economicamente inferiorizadas ou, o que dá no mesmo, as sadias e as "inchadas". Segundo o critério do seu poder de centralidade

ou da extensão da sua área de influência, impõe-se também uma distinção: metrópoles nacionais e metrópoles regionais. A Grande São Paulo e a Grande Rio estão na primeira categoria; as demais, na segunda.

IV

A organização do espaço brasileiro sob os influxos da urbanização da economia nacional

Não serão poucas nem serão de pouca profundidade as consequências de um processo que, sendo de urbanização acelerada, se torna também de superurbanização e metropolização em escala regional e a nível nacional. A esta altura, não poderíamos pretender examiná-las detidamente. Mencionemos que os resultados do processo em causa manifestam-se no âmbito interno, ou seja, dentro de cada área metropolitana e, no âmbito externo, isto é, nas sob o poder de organização do espaço, que as metrópoles possuem.

Os efeitos que se manifestam dentro de cada área metropolitana afetam as realidades e problemas vários dos superaglomerados, especialmente os de natureza social, econômica, psico-social e sanitária. Problemas de transporte e tráfego, problemas de suprimento d'água, problemas de esgotos sanitários, problemas de abastecimento alimentar, problemas de equipamentos funcionais urbanos dos diversos tipos, problemas de poluição do ambiente, e outros que também contribuem para diminuir condições de conforto e bem-estar das grandes comunidades citadinas. Observação genérica, a esse respeito, é a de que, a partir de certo nível, são fortemente crescentes os custos de expansão de um centro urbano e que, muitas vezes, não correm eles à conta somente da comunidade que o habita. Observe-se, por outro lado, não serem raros os casos, como o da Grande São Paulo e o da Grande Recife, em que o ritmo das soluções não pode acompanhar o ritmo do agravamento dos problemas.

Essa última constatação conduz à inferência de que tais problemas não se solucionariam através apenas de uma política

de organização dos espaços metropolitanos, mas de uma política espacial mais ampla que incluísse entre os seus objetivos o de atenuar o ritmo do crescimento urbano. Tal concepção implicaria na proscrição do "laissez faire" espacial e na inserção, nos programas de desenvolvimento nacional e regional, da componente espaço, definida e expressa através de diretrizes estratégicas capazes de minimizar o processo de superconcentração demográfica e econômica.

Quanto aos efeitos externos do gigantismo urbano e, em particular, da metropolização, interessa referir os que se exprimem em organização do espaço. O próprio crescimento de um centro urbano vai implicando em alargamento das áreas que abastecem as suas populações ou suprem de matérias primas as suas fábricas. Vai implicando também na ampliação dos espaços, vizinhos ou distantes, recebedores dos produtos que fabrica ou que distribui. E a infra-estrutura da circulação vai atendendo, no seu traçado, aos reclamos das forças de expansão citadina, ao mesmo tempo em que propicia e estimula o seu crescimento. Opera-se, assim, a formação de áreas periféricas e áreas de influência, em condições e graus variados de integração.

Papel de relevância especial tem tido, no caso brasileiro, que é o de um país de distâncias imensas, o transporte rodoviário. Sabe-se que a circulação hidroviária e a circulação aeroaviária realizam integração através de pontos de contacto, os portos e os aeroportos. No caso da ferrovia, as estações de trem representam esses pontos. A rodovia, porém, tem a vantagem de ligar palmo a palmo as terras por onde passa. Elas são — por isso e por outras razões — o mais forte instrumento de integração territorial, o que as credencia, ao mesmo tempo, como grande ferramenta de uma geografia voluntária ou, mais ambiciosamente, de uma geografia planejada, a que se poderá chegar através do "amenagement" programado do espaço. Não há dúvida de que a expansão rodoviária brasileira, complementando e propiciando o superdesenvolvimento urbano, está sendo, com ele, o grande elemento estruturador e organizador do espaço nacional.

Anteriormente, durante o longo período de predominância do tipo rural de sociedade, as economias regionais, baseadas sobretudo em mercados externos, haviam compartimentado o território do país em espaços variavelmente autônomos, segundo o modelo "arquipélago". Com o surto da metropolização econômica, criou-se, porém, uma área de forte poder centralizador a nível nacional. É a "área nuclear" da economia brasileira, representada pelo triângulo Grande São Paulo, Grande Rio e Grande Belo Horizonte. Em torno dela, surgiram as zonas periféricas. Processa-se a estruturação espacial segundo o modelo "centro-periferia".

Fenômeno semelhante ocorre, em escala menor, quanto a cada uma das metrópoles regionais e aos espaços sob o seu comando respectivo.

Como resultado geral do processo, a estrutura espacial brasileira apresenta-se atualmente na forma revelada, em seus grandes lineamentos, pelo esquema abaixo (adaptado de Geiger e Fernandes) (12):

1 — Espaços nucleares

1.1 De âmbito nacional (área nuclear nacional):
— triângulo formado pelas áreas metropolitanas de São Paulo, Rio e Belo Horizonte.

1.2 De âmbito regional (áreas nucleares regionais):
áreas metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Curitiba e Porto Alegre (além das de São Paulo, Rio e Belo Horizonte, que também possuem função macro-regional).

12 — Geiger, P. — "Organização Regional do Brasil". Revista Geográfica. Instituto Panamericano de Geografia e História, Rio de Janeiro, n.º 56, dezembro de 1964.

— Bernardes, Nilo — "O Espírito Santo no Quadro Macrorregional Brasileiro" — Um Caso de Desigualdade Regional do Desenvolvimento Econômico: o Estado do Espírito Santo. Publ. da Comissão para Aspectos Regionais do Desenvolvimento Econômico, da União Geográfica Internacional, Rio de Janeiro, 1971.

2 — Espaços periféricos à área nuclear nacional

2.1 Periferia integrada:

a) Subtropical: — Região Sul.

b) Tropical: — Região Sudeste mais o sul de Mato Grosso e Goiás.

2.2 Periferia semi-integrada: — Nordeste.

2.3 Periferia não integrada: — Amazônia (Amazônia Legal).

3 — Espaços periféricos às áreas nucleares regionais: — os das zonas de influência das respectivas metrópoles regionais.

Indagação do maior interesse (com ela, pretendemos concluir) seria a referente às relações entre o desenvolvimento brasileiro projetado no espaço geográfico segundo o modelo "centro-periferia" e o problema das desigualdades regionais da expansão econômica. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, eram os seguintes, em 1965, os quantitativos do produto nacional bruto por habitante, em dólares, nas diferentes macrorregiões brasileiras: Sudeste, 329 (subindo, porém, para 415 no caso do Estado de São Paulo), Centro-Oeste, 214; Sul, 197; Norte, 96; Nordeste, 93 (caindo, porém, para 61 no caso do Nordeste Ocidental). As desigualdades são, pois, muito acentuadas. Acresce que cerca de 80% do PNB concentram-se nas regiões Sudeste e Sul. Prossegue na sua marcha o processo combativo que gerou irreversivelmente o crescimento diferencial em favor do espaço que veio a formar a "área nuclear nacional".

Variam de espaço para espaço os efeitos da urbanização da economia que, em termos especiais, se traduz no modelo "centro-periferia". Motivam essas variações circunstâncias ligadas à posição geográfica da região bem como às peculiaridades das suas condições e à época de ocorrência da mudança. Tudo indica, entretanto, que, nas diferentes periferias e nos ca-

sos mais gerais, as relações externas das economias regionais se têm tornado mais desfavoráveis ou mais adversas, acarretando um agravamento relativo da situação das áreas economicamente inferiorizadas.

A matéria está certamente a merecer pesquisas e estudos com a finalidade, entre outras, de se precisar até que ponto o crescimento da economia nacional segundo o modelo mencionado agrava o mais sério dos problemas brasileiros: o da desigualdade regional do desenvolvimento, que divide o país em duas partes, a da opulência e a da pobreza. Ou seja, até que ponto dito modelo estaria criando efeitos de colonização em relação a amplos espaços constitutivos das áreas periféricas. Aspectos a serem abrangidos por esses estudos:

- 1.º As formas e processos de transferência de renda das regiões periféricas para a área nuclear nacional, entre os quais: a) a natureza das trocas interregionais (produtos manufaturados por produtos primários); b) a formação e utilização da receita cambial; c) os defeitos do sistema tributários; d) a canalização de poupanças via mercado de capital;
- 2.º A estrutura setorializada (aliás inevitável) da administração federal (agricultura, transportes, minas e energia, indústria e comércio) com a tendência natural de se aquinhoarem melhor, em cada setor, as áreas geográficas que, dentro dele, têm maior participação. Registre-se que a única faixa administrativa onde prevalece a abordagem espacial é a do Ministério do Interior, o qual, entretanto, não pode impedir que o critério apenas regional com que se aplicavam os incentivos fiscais para o Nordeste e o Nordeste fosse quebrado, pela pressão de sentido setorial, em favor da pesca, do reflorestamento e o do turismo;
- 3.º O grau de participação das áreas periféricas e das áreas nucleares nos escalões decisórios.

Uma aproximação hidrográfica com as perspectivas energéticas do Nordeste

RACHEL CALDAS LINS (*)

1. A Região Nordeste

O presente estudo é de cunho geográfico e propõe-se a uma aproximação global com a potencialidade hidrelétrica do Nordeste.

A Grande Região Nordeste é a que corresponde à área de atuação comum da SUDENE e do Banco do Nordeste do Brasil (1.647.298km²) e abrange os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além da parte setentrional do Estado de Minas Gerais (região de Montes Claros), ou seja, o vértice meridional do "polígono das secas", e mais o Território de Fernando de Noronha. A área do "polígono" totaliza 978.291km² e, dentro dela, foi recentemente atribuída à Zona Semi-árida propriamente dita a dimensão de 839.400km², ou sejam 51% da área total do Nordeste (1).

O Nordeste, porém, da divisão do país em regiões eletro-econômicas estabelecida pelo Ministério das Minas e Energia não inclui a parte setentrional do Estado de Minas Gerais.

(*) Professor titular de Geografia Regional do Departamento Ciências Geográficas do Instituto de Geociências da UFPe. Diretor do Departamento de Geografia do IJNPS.

(1) A estimativa foi tentada por CARVALHO (1972:121), com base em aproximações ecológicas propostas por J. G. Duque (*O Nordeste e as lavours xerófilas*, BNB/ETENE, Fortaleza, 1964).